

A CIDADE MEDITA: O DISCURSO DOS JORNALISTAS D’O LIBERAL SOBRE TERESINA NA DÉCADA DE 1970

ALESSANDRA LIMA SANTOS¹

RESUMO: Durante a década de 70, inúmeras cidades brasileiras passaram por distintas e variadas intervenções espaciais e arquitetônicas. Teresina (PI) passou por atividades similares que levaram a modificações não só no âmbito estrutural, mas também no social de sua população. O objetivo desse trabalho é verificar as experiências apresentadas no bissemanário teresinense *O Liberal* acerca do processo de modernização pelo qual a cidade de Teresina atravessou na década de 1970. Utilizamos como aporte documental as práticas jornalísticas dos colunistas do referido periódico e de sua redatora – entendemos que a cidade era parte principal de escrita não só de seus redatores, mas também de seus poetas e cronistas. Teresina era o plano de fundo de suas reportagens, de suas críticas e o objeto de seus desejos. Dessa forma, dentro da escrita sobre a cidade se via embutida a análise política do período que vivia sob o signo do Regime Militar.
PALAVRAS-CHAVE: História. Cidade. Imprensa.

ABSTRACT: During the 70's, numerous Brazilian cities went through different and varied spatial and architectural interventions. Teresina (PI) underwent similar activities that led to changes not only in the structural scope, but also in the social context of its population. The objective of this work is to verify the experiences presented in the biweekly *O Liberal* about the process of modernization for which the city of Teresina crossed in the decade of 1970. We use as a documentary the journalistic practices of the columnists of this periodical and of its redactor - we understand that The city was the main part of writing not only of its writers but also of its poets and chroniclers. Teresina was the background of his reports, his criticisms and the object of his wishes. Thus, within the writing about the city was embedded the political analysis of the period that lived under the sign of the Military Regime
KEY-WORDS: History. City. Press.

19

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. Contato: aleksiakyle@gmail.com.

O jornal *O Liberal*, de propriedade da jornalista Edith de Anunciação Carvalho, surgiu durante o ano de 1968, pouco tempo antes da promulgação do Ato Institucional de n. 5. O referido periódico nasceu sob o slogan “Crítico, político e noticioso”, lema que nos intrigou quando o conhecemos. Afinal, como um jornal nascido e vivido durante a face mais dura do regime militar brasileiro, principalmente em relação à imprensa, seja ela escrita ou falada, era ao mesmo tempo de cunho político, crítico e noticioso? Além disso, ele era liberal, mas em qual sentido? O que ele entendia por política? E por crítica? Foram alguns dos principais questionamentos que nos ocorreram ao conhecê-lo.

O slogan de um jornal expõe muito sobre os principais objetivos que seus donos pretendem alcançar através de sua publicação, por isso a necessidade de reflexão sobre o mesmo. Quanto à crítica, segundo justificava o próprio *O Liberal*, foi feita com rigor e análise “dos fatos objetivamente considerando, em primeiro lugar, a dignidade da pessoa humana que deve ser respeitada e, em segundo, mas com a relevância que merece, a supremacia do Estado” (*O Liberal*, n. 74, 1969). No que se refere ao caráter político, compartilhamos da concepção de Marylu Oliveira, quando analisa o slogan do jornal *O Dia*, percebendo que

[...] é justamente neste aspecto que detectamos o caráter dúbio, pois tanto poderia ser um jornal que tratava ou se ocupava da política, como também órgão que exercia ou procurava exercer política. A questão política no jornal é o aspecto mais significativo, em relação ao qual podemos nos deter, pois [...] percebemos que os discursos jornalísticos são significativamente confundidos com ideologias políticas, na medida em que geralmente, os proprietários de jornais militavam ou faziam parte de agrupamento político partidário, ou mantinham relações de apadrinhamento com jornalistas. (OLIVEIRA, 2004: 52-53).

A respeito dessa militância de muitos jornalistas temos o exemplo claro da proprietária d’*O Liberal* Edith de Anunciação Carvalho, que era considerada por seus colaboradores como uma “jornalista combativa e séria que vale por um jornal e muitos outros” era afiliada ao partido político que apoiava o Regime.

Mesmo sendo filiada ao partido governista Edith de Anunciação Carvalho não se curvava ao regime em sua totalidade, são diversos os textos assinados pela mesma onde contesta a situação nacional, seja na política, na cidade ou na própria imprensa.

[...] Pensei no Piauí e até li sobre o Piauí, um deboche velado que escreveu, no Diário de Pernambuco, o confrade Otávio Costa. Quis ficar zangada e fazer um protesto, mas naquela hora pensei nos barnabés do Piauí com tanta necessidade, por ganharem tão pouco e por cima deste tão pouco que ganham, seus salários atrasados. Pensei nas professoras primárias tão mal arrumadas por falta de remuneração condigna. Pensei no jornalismo do Piauí a toda hora ameaçado por juízes e promotores de “enquadramento” na Lei de Segurança Nacional. Pensei ainda, (neste dia a saudade da terra amada estava imensa), nos candidatos fraudadores que acumpliciados, sabe Deus, por quem, conseguiram guindar-se no Parlamento, às Câmaras Municipais, a tantos Executivos municipais dentro do Estado. (O LIBERAL, n. 74, 1969).

O Liberal possuía uma periodicidade irregular. Em alguns momentos, durante os anos de 1969 e 1974, período em que iremos nos deter nesta pesquisa, podemos considerá-lo como um bissemanário. Em outros, tal afirmação já não é possível, pois o jornal circulava três ou quatro vezes na semana. Essa irregularidade nas edições dá-se pela própria forma de produção do impresso, pois era fabricado de forma artesanal, muitas vezes com escassos recursos.

Os investimentos utilizados n’O Liberal eram reduzidos, pois o mesmo pode ser considerado uma imprensa de menor porte em relação aos principais jornais piauienses do período – A Tribuna, O Dia, O Estado e Jornal do Piauí². Ele sobrevivia através de investimentos próprios da proprietária, de vendas em bancas, pequenos anúncios, como também dos editais governamentais.

Dentre os principais anunciantes d’O Liberal, estava a distribuidora de José Elias Tajra, a revendedora de carros Dodgei, a Lanchonete Americana, a Papelaria Moderna, a loteria estadual, alguns escritórios de advocacia e consultórios médicos, além da prefeitura, governo do Estado e o Exército.

Com o passar dos anos, O Liberal foi crescendo, modernizando-se. Percebemos essas modificações primeiramente a partir do aumento da sua dimensão, que partiu de um formato tabloide, em 1969, para o standard, em 1974. Ao contrário do modelo

² O Dia foi fundado na primeira metade da década de 1950, por Raimundo Leão Monteiro, circulando duas vezes na semana. Na década de 1960 o coronel Otávio Miranda assumiu o jornal e ele passou a ser diário até hoje. Já O Jornal do Piauí foi criado também na década de 1950, por Antonio de Almendra Freitas, na década de 1970 a direção do jornal passou a ser do jornalista José Vieira Chaves. Enquanto isso O Estado foi criado nos fins dos anos 60 tendo Helder Feitosa em sua direção.

tabloide original, *O Liberal* utilizava mais o recurso da escrita do que a imagética no início de suas publicações. Apenas com o aumento de suas dimensões, ou seja, apenas quando suas páginas passaram a ter mais ou menos a dimensão 33 por 28 cm – formato standard – é que o referido jornal passou a possuir o recurso da utilização de imagens, com o intuito de dar créditos às suas reportagens. Segundo sua redatora e proprietária, as modificações que o periódico sofrera seriam para “a empresa melhorar o padrão do Jornal e também a algumas conveniências de ordem técnica e administrativa”. (*O LIBERAL*, n. 571, 1974).

Uma linha editorial passa por várias transformações e a sua análise é bastante interessante. No caso d’*O Liberal* também, pois durante quase todo o período estudado “o profissional responsável pelos editoriais e pela manutenção da defesa das ideias do jornal” (OLIVEIRA, 2004: 53) era também a sua proprietária.

UM JORNAL SÉRIO PARA GENTE SÉRIA³

As informações contidas na imprensa escrita trazem à tona a cidade, no caso particular d’*O Liberal*, a cidade de Teresina e o Estado do Piauí, como os seus palcos de atuação. Deste ponto de vista, analisamos a narrativa dos editoriais, para entendermos um pouco sobre o modo como D’Anunciação Carvalho e seus colaboradores pensavam a respeito da realidade política, econômica e social da capital.

Entre os anos de 1969 e 1974, localizamos pouco mais de 300 editoriais, sendo alguns repetidos no mesmo ano ou em anos posteriores. Até a metade da década de 1970, eles possuíam um local próprio na segunda ou na terceira página. Esta parte do jornal era identificada com o título Editorial, acompanhado de seu subtítulo, que sugeria o tema da análise ali escrita.

Enquanto que na segunda metade da década de 1970, a seção começou a aparecer sempre na primeira página, sem a titulação de Editorial, apenas com o subtítulo/tema, em alguns momentos raros, diga-se de passagem, vinham contidos em outras partes do jornal e com sua titulação.

À temática apresentada nos editoriais d’*O Liberal* em sua maioria referiam-se às intrigas políticas locais ou nacionais e aos planos de modernização não só da capital

³ Um dos lemas adotado pelo jornal *O Liberal*.

Teresina, mas de todo o Estado do Piauí, principalmente durante os governos do Major Joel Ribeiro, na prefeitura da cidade e do técnico eletricitista Alberto Silva, à frente do governo estadual.

Essas modificações pela qual a cidade de Teresina passou na primeira metade da década de 1970, com o objetivo de modernizá-la, seguiam o plano de transformações que a maioria das cidades brasileiras sofreu durante o período. É justamente nesta época, que a historiografia das cidades começa a pensar e escrever sobre ela, a partir do moderno, ou seja, das reformas com o intuito de deixá-la mais próxima do progresso, adquirindo, assim, uma nova fisionomia, conforme as falas e escritos de seus habitantes permanentes e temporários. Além disso, despertava-se o interesse pelas suas próprias faces históricas. (BRESCIANI, 2001).

Foram vários os editoriais n’*O Liberal* com essa temática. A cidade era a escrita não só de seus redatores, mas também de seus poetas e cronistas. Ela era o plano de fundo de suas reportagens, de suas críticas e o objeto de seus desejos. Dessa forma, dentro da escrita sobre a cidade se via embutida a análise política do período.

SE *O LIBERAL* “PUBLICOU, O FATO SE PASSOU”

A imprensa e a sua liberdade foram alvos de alguns editoriais d’*O Liberal*. Durante este período, estava em vigor no Brasil o Ato Institucional de nº 5, a Lei de Imprensa de fevereiro de 1967 e a Lei de Segurança Nacional, que juntos proibiam a vinculação na mídia de notícias que “prejudicassem” a ordem pública/ segurança nacional. Podemos perceber estes objetivos em um manual da censura, distribuído nos jornais cariocas, no mesmo dia em que o AI-5 entrou em vigor, que é reproduzido por Beatriz Kushnir.

1. Objetivos da censura:

- a) Obter da imprensa falada, escrita e televisiva o total respeito à Revolução de Março de 1964, que é irreversível e visa à consolidação da democracia;
- b) Evitar a divulgação de notícias tendenciosas, vagas ou falsas, que possam vir a trazer a intranquilidade ao povo em geral.

2. Normas:

- a) Não deverão ser divulgadas notícias que possam:
 - propiciar o incitamento à luta de classes;
 - desmoralizar o governo e as instituições;

- veicular críticas aos atos institucionais;
- veicular críticas aos atos complementares;
- comprometer no exterior a imagem ordeira e econômica do Brasil;
- veicular declarações, opiniões ou citações de cassados ou portavozes;
- tumultuar os setores comerciais, financeiros e de produção;
- estabelecer a desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública;
- veicular notícias estudantis de natureza política;
- veicular atividades subversivas, greves ou movimentos operários.

4. Prescrições diversas:

[...]

b) os espaços censurados deverão ser preenchidos de forma a não modificar a estrutura da publicação ou programa. (KUSHNIR, 2001).

Assim, a censura prévia, ou seja, a autorização ou não da veiculação na imprensa de artigos e/ou notícias dadas por um censor, ou então por um agente da Polícia Federal, antes dos jornais serem rodados nas máquinas, chegou às redações dos grandes e pequenos periódicos, como também da imprensa alternativa.

A censura estava presente na imprensa muito antes do AI-5, considerando que o único jornal que não apoiou a “Revolução” de 1964 foi depredado e logo em seguida fechado. Além disso, alguns de seus repórteres foram presos poucos dias após o golpe.⁴ Desta forma, o Ato Institucional nº 5 veio apenas legitimar a censura como “geralmente acontece em áreas nebulosas e obscuras”, como durante o Antigo Regime Francês e a nossa Ditadura civil-militar. (DARTON, 1992: 17).

Além da censura prévia, houve também a autocensura nas redações. Esta consistia na censura de informações por parte das próprias empresas jornalísticas, com o intuito de “evitarem problemas” para si. Para Carlos Fico, a expressão “autocensura” não apresenta a totalidade do problema, pois este termo “denota um comportamento de colaboracionismo” com o sistema e não o receio com problemas futuros (FICO, 2003: 189-190). Mas, o que nos interessa, é que a imprensa brasileira e seus profissionais, nunca trabalharam com uma liberdade plena, uma vez que atrás de seus discursos sempre houve o interesse dos patrões da política ou então da “Doutrina de Segurança Nacional”, neste último caso após 1964 e principalmente pós-1968.

⁴ O jornal *Última Hora* era o único que apoiava as reformas de base do presidente João Goulart, por isso não apoiou o golpe civil-militar. Após o seu fechamento ou desaparecimento, como aparece em seu editorial de 13 de abril de 1964, seu proprietário Samuel Wainer exilou-se em Paris, voltando apenas em 1968, pouco tempo antes da promulgação do Ato Institucional de nº 5. Sendo que, em 1965, havia vendido a *Última Hora*, em São Paulo, para o grupo Folha.

Dentro deste contexto, os jornais teresinenses iam tecendo seus discursos. N^o *O Liberal*, objeto de nosso estudo, não podemos afirmar se houve em sua redação, localizada na Rua São Pedro, n^o 1886, a presença de um censor ou de práticas que visavam burlar a censura imposta em suas páginas.

O que percebemos em *O Liberal* foram vários pedidos para que a imprensa fosse tratada com mais respeito, pela sociedade e pelo governo, pois a sua única função seria a de informar ao público os seus interesses. Tal afirmação é notada mais especificamente em dois editoriais de 1969, um de 3 de julho, intitulado “A imprensa”, e o outro de 4 de maio, intitulado “Liberdade de Imprensa”.

A imprensa é uma das forças mais atuantes na divulgação das ideias. Nenhum país civilizado prescinde dos seus serviços, que têm o caráter de serviço público, porque o seu principal objetivo é orientar o público sobre fatos e acontecimentos que envolvem interesses de ordem pública.

Porque a imprensa tem esse caráter, goza ela de liberdade assegurada pelas leis e pela Constituição, não se podendo restringi-la se não em circunstâncias excepcionais, em defesa da própria ordem que ela assegura.

O Governo tem na imprensa um dos esteios mais fortes de sua garantia. Denunciando, muitas vezes fatos que a autoridade pública não pode ver ou prever, estabelece a imprensa condições para que essa autoridade tome conhecimento da realidade e providencie em tempo, o que é de importante para o Governo. Muitas vezes a crítica, a observação ou a denúncia parte do adversário e o poder público dela tomando conhecimento age em defesa dos interesses comuns, criando, assim, condições para o exercício efetivo das funções governamentais e administrativas.

Nenhuma autoridade pode dispensar esse trabalho da imprensa. Daí a importância do seu papel que se traduz, por outro lado, no incremento da cultura, no aproveitamento de aptidões no estudo de problemas humanos e sociais, fazendo dentro de suas possibilidades, o papel de uma escola para o povo, pois não apenas divulga fatos, mas ensina e educa o povo. E se a imprensa alimenta essas preocupações, é o instrumento mais eficaz de defesa da democracia, pois graças a ela é que se cultivam os verdadeiros valores que elevam um povo e dignificam uma Nação.

Devemos pugnar sempre e incansavelmente pela liberdade como se estivéssemos defendendo a liberdade de cada cidade. E nessa defesa a Pátria se engrandece, porque assegura a todos uma vida tranquila e fecunda em trabalho. (O LIBERAL, n. 80, 1969).

No texto, observa-se que seu objetivo é mostrar a importância da imprensa para toda uma sociedade. Se denúncias eram feitas no interior do periódico, fora porque

havia erros que deveriam ser corrigidos e evitados no futuro. Desta forma, conforme justificava o Editorial, *O Liberal* pretendia auxiliar o governo a melhor administrar a sociedade e, exatamente por isso, jamais deveria ser suprimida a sua liberdade. Além disso, acrescentavam que a imprensa não seria apenas detentora de um caráter informativo, mas também do educacional. Ajudaria, assim, na constituição de uma sociedade mais democrática e consciente de seus direitos e deveres.

Uma das conquistas mais valiosas do homem é, sem dúvida, a liberdade de pensamento, inerente à própria pessoa humana, como manifestação de sua natureza, a liberdade é um valor que só em casos especiais pode sofrer restrições. O Estado – expressão dos interesses da comunidade – pode impor condições ao uso da liberdade, pois, como tudo que diz respeito ao homem, não é ela um valor absoluto. E como valor relativo, há de ajustar-se aos superiores interesses da Comunidade, vale dizer, do Estado, para que se possa nela tocar. Daí a sua intangibilidade relativa, intangibilidade que sofre exclusivamente as limitações do poder público, quando este age em nome do próprio interesse social e em consonância com os objetivos primaciais do Estado.

A liberdade de imprensa é uma dessas liberdades que sofrem as restrições apontadas. Mas – é de convir-se – não é a toa que pode ser ela cortada, pois o diploma legal que disciplina a atividade do jornalista torna como excludente de qualquer responsabilidade o escrito que tem por escopo a crítica construtiva e objetiva, corrigir erros que são apontados como fundamento nos fatos conhecidos. Não é, pois, uma simples ameaça à liberdade de imprensa que faz com que o jornalista se afaste dos seus misteres e coloque a sua pena em quarentena, aguardando que a tempestade passe. Temos compromissos com a comunidade, respeitamos as leis do país e sabemos que a lei de imprensa é sobretudo uma garantia ao profissional da pena. Não a desconhecemos. E quando criticamos pessoas, investidas ou não em função pública, o fazemos dentro dos limites da lei e com o devido respeito à opinião pública.

O que não é possível é confundir-se o interesse do Estado com o interesse de pessoas isoladas que, às vezes, pensam que, defendendo a própria pele, estão defendendo a causa comum, que interessa especialmente ao Estado. Não nos afastamos do nosso dever. E sabemos respeitar a lei e as instituições do país. Por isso mesmo, somos levados a não fazer de nossa crítica um compromisso com os que não sabem zelar pelos seus deveres de cidadão, não atentam para as suas responsabilidades intelectuais e não cuidam, quando no exercício da função pública, de colocar em plano diferente os interesses da coisa pública e da coisa privada, interesses evidentemente distintos, pela repercussão que causam no seio da comunidade.

Defendamos os direitos da imprensa, defendendo a lei e as instituições e combatendo os erros dos que se tornam vulneráveis pela falta

cometida contra essas mesmas instituições. É a missão da imprensa e a posição de honra dos jornalistas. (O LIBERAL, n. 65, 1969).

Nos dois textos, percebemos a crítica sobre como a imprensa e as outras formas de expressão estavam sendo tratadas, mas é neste segundo em que percebemos mais aguçadamente o caráter dúbio da escrita. Através de um jogo de palavras bem adequadas, ora a linha editorial se opõem ao governo e suas ações, ora o apoia. Fica evidente, assim, o descontentamento d'*O Liberal* em relação ao apoio dado aos interesses particulares por parte dos governantes, o que acabava prejudicando não só a imprensa como também a busca e defesa de uma democracia, que, por sinal, deveria ser um dos objetivos dos impressos.

Para *O Liberal*, o jornalista possuía com a sociedade o sério compromisso de informar sobre os fatos corriqueiros, e era exatamente por isso que não largava seu trabalho. Nem mesmo quando havia ameaça de restrição a sua escrita, pois sua função perante toda a sociedade era, para o profissional, mais importante do que algumas reservas.

Além de tratar de assuntos referentes à própria imprensa, o grupo redacional d'*O Liberal* abordava outros assuntos como, por exemplo, o largo crescimento demográfico de Teresina, durante o final da década de 1960 e início da de 1970. Esta expansão urbana foi caracterizada pelo aumento do contingente de migrantes oriundo da zona rural do Estado, e também de outros Estados do Nordeste. Mas, infelizmente, a cidade não possuía condições físicas e muito menos estruturais para recebê-los, e o clamor por melhorias estruturais apareciam em todas as partes no jornalismo teresinense, não só o escrito, como também no falado.

Na década de 1970, Teresina encontra-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional, em um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades de ordem econômica e social. Pode-se listar entre as questões mais graves a falta de moradia ou a moradia em condições inadequadas, casas construídas às margens da estrada de ferro que cortava a cidade, às margens dos rios Poti e Parnaíba, no leito de ruas. (NASCIMENTO, 2010).

A maioria das pessoas vindas do interior migrava com o intuito de melhores condições de vida, mas, quando aqui chegavam, boa parte vivia em condições de

extrema pobreza, residindo em favelas próximas ao centro da cidade, sem nenhuma infraestrutura básica para moradia.

Quando se mudava o cenário, do centro para a periferia de Teresina, se percebia com mais ênfase a falta de condições estruturais mínimas. De acordo com Regianny Monte, na pesquisa entre chefes de família, que originou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina, o PDLI de 1969, “o sistema de limpeza urbana” era o serviço público que mais a população reivindicava melhorias.⁵

[...] quem percorre Teresina sente um desolador estado de abandono. Há ruas quase intransitáveis, outras cobertas de mato e outras ainda que os buracos se tornam um perigo público.

Na avenida Getúlio Vargas, perto do SANDU há um desses buracos que causam ameaças a cada instante. E como se diga que seja um buraco de poucos dias, mas talvez já entre na casa dos meses. Sem dúvida o nosso Prefeito há muito não passa por ali [...].

Em outras ruas a paisagem está inteiramente modificada por entulhos que as margeiam, quando não as obstruem. São entulhos também bastantes velhos e os agentes da Prefeitura não os veem, ou se os veem já se acostumaram com essa anomalia urbanística.

É o tempo de termos a perfeita concepção da higiene e da limpeza. E se temos amor à higiene não queremos uma cidade suja. Daí o nosso apelo ao Sr. Prefeito, apelo reiterado. Cuide da cidade para merecer os aplausos dos teresinenses. (O LIBERAL, n. 60, 1969).

Neste editorial, de 30 de março de 1969, intitulado “Ruas, Pedras & Buracos”, percebemos as agruras que os transeuntes passavam para chegar a um dos principais pontos socorros da cidade no período – o SANDU, localizado na Av. Getulio Vargas, também conhecida como a Av. Frei Serafim.

Além disso, temos também o descaso da administração pública com as áreas periféricas, onde a maioria dos migrantes residia em meio a buracos e matos. Há referência nos jornais aos “entulhos velhos”, como eram caracterizadas as sobras de obras antigas. As obras tinham o intuito de melhorar a cidade, mas muitas eram

⁵ O PDLI nada mais foi do que o estudo detalhado da cidade de Teresina e seus vários setores para auxiliar o planejamento administrativo da capital. O objetivo era a análise diagnóstica da realidade local, para que a partir dela pudesse encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento. Essa análise fora feita através de uma pesquisa minuciosa, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento sobre a cidade desde geógrafos a economistas. Quando a pesquisa teve seu fim, o PDLI foi apresentado aos gestores públicos em três partes, sendo a primeira abordando as principais causas da estagnação de seu desenvolvimento, a segunda mostrava algumas saídas de ordem econômica e social com o intuito de desenvolverem a cidade novamente e a terceira e última parte abordava uma série de reformas no espaço urbano de Teresina.

abandonadas sem serem concluídas, aumentando assim o caos nas ruas e avenidas da capital.

Trafegar pelo centro da capital, sempre foi algo bastante complicado, pois o sistema viário de Teresina sempre fora ineficiente e quando havia entulhos pelo caminho, o tráfego era ainda mais dificultoso. Uma obra feita pela AGESPISA, com o objetivo de melhorar o sistema de esgoto da “cidade verde”, foi objeto de duras críticas em *O Liberal*.

[...] quem percorre as ruas de Teresina fica impressionado com a maneira como as obras estão sendo realizadas escavações profundas têm, naturalmente, de exigir certo tempo e trabalho dos operários. [...] Feitas as escavações, assentados ou postos no devido leito os canos cobertos até uma certa altura, como que a construção paralisa pois dias e dias passam para serem removidos parcialmente os entulhos. A abertura das profundas valas determinou a retirada, dali, de grossos canos outrora utilizados na distribuição de água. Esses canos retirados e quebrados permanecem à margem da rua, oferecendo perigo aos transeuntes. Ao lado dos canos a terra e como consequência desta a poeira que se transforma em nuvem. Isso quando o veículo pode passar, pois as mais das vezes as ruas ficam interrompidas. O nosso apelo é para que a AGESPISA, fiscalizando melhor as obras não permita que esse estado continue, porque, a continuar provocará a revolta de quantos são prejudicados por esse caos que foram transformadas as ruas de Teresina. [...] não se compreende que uma cidade fique envolta em poeira durante semanas e semanas, quando seria fácil cobrir as valas, aplainar o terreno e refazer o calçamento, tudo de acordo com as exigências da nossa população que não pode ser desprezada. [...] (O LIBERAL, n. 74, 1969).

29

A falta de infraestrutura de Teresina afetava boa parte da população e, principalmente, os novos habitantes, vindos do interior, que buscavam serviços fundamentais para uma boa qualidade de vida, dentre eles saúde, educação, transportes, habitação e saneamento básico (MONTE, 2010). Como pode se ver no texto apresentado acima, os jornalistas d’*O Liberal* percebiam a dedicação do poder público ao tentar a todo modo melhorar a infraestrutura da cidade, que neste caso, se dava pela otimização do sistema de abastecimento d’água.

Mesmo assim, na visão do grupo redacional do jornal analisado, ao apresentar projetos e, sobretudo, quando os colocava em prática objetivando melhorar o quadro urbano da capital, a administração pública contribuía para a precariedade das condições de vida dos moradores. O governo não sabia ou não conseguia adequar as ações de

revitalização e melhoramento dos principais serviços públicos com as necessidades tanto da população como da própria cidade.

Esse quadro delicado em que a capital do Piauí vivia começou a se modificar a partir de 1971, após as posses do governador Alberto Silva e do prefeito o major Joel Ribeiro. Juntos, passaram a trabalhar com o objetivo de modernizar a “porta de entrada” do Estado, a capital Teresina. No período em que os dois estiveram à frente do executivo estadual e municipal houve um aumento considerável no número de intervenções urbanísticas pela cidade.

O prolongamento e construção de novas avenidas como a Av. Miguel Rosa, Av. Maranhão e a Av. Alameda Parnaíba, construções de pontes e da barragem de Boa Esperança, embelezamento de praças e canteiros de ruas e avenidas como da Av. Frei Serafim, além das reformas arquitetônicas do Palácio de Karnak, sede do governo estadual e do Hotel Piauí, foram apenas algumas das medidas para modernizar e desenvolver não só Teresina, mas todo o Estado do Piauí. (MONTE, 2010).

ENTRE LINHAS: OS COLABORADORES E SEUS DISCURSOS

30

Produzir um jornal quase exclusivamente de cunho político sempre foi algo complicado de se fazer, principalmente em meio a um Regime Militar. Mas, ele não é pensado, escrito, rodado e posto na praça por um único profissional ou apenas por seu proprietário. Como nós informa Nelson Werneck Sodré,

[...] numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado. Esses elementos são, pois, diferentes, por origem de classe, e têm interesses contraditórios. Embora assalariados, os elementos intelectuais não têm situação proletária e sofrem injunções e vacilações de sua posição intermediária, que se presta à ambiguidade. (SODRE, 1983:146-147).

Dessa forma, analisamos outra camada pertencente ao *O Liberal*, a intelectual, ou seja, os colaboradores do periódico de D’Anunciação Carvalho. Durante os anos de 1969 e 1974, o número de cooperadores que passaram pelas páginas do referido jornal era enorme. Para citarmos alguns dos que contribuíram durante algum tempo, temos A.

Tito Filho, Cunha e Silva, Celso Barros Coelho, Teddy Ribeiro, Fides Angélica, Bem-Hur, Herculano Moraes, Homero Castelo Branco e Pe. Raimundo José, além dos correspondentes no Rio de Janeiro, o senhor Ricarêdo Martins C. Branco, e da senhora Terezinha de Jesus C. Pessoa, em Brasília.

Muitos deles possuíam colunas regulares n'*O Liberal*, como é o caso do Pe. Raimundo José, que tinha reservado um espaço para a transcrição do seu quadro radiofônico transmitido pela Rádio Pioneira de Teresina, “A Cidade Medita”, e Angélica, com sua coluna social “Pessoas, Coisas e Fatos”. A redação do jornal não se responsabilizava pelos artigos veiculados nele, devendo as críticas e reclamações ser dirigidas aos autores dos textos. Dessa forma, analisaremos qual era a opinião dos colaboradores d'*O Liberal* diante a situação política, econômica e social da cidade de Teresina, já que a proprietária se resguardava no direito de não endossar a exposição de ideias deles, quando não as compartilhava.

O fechamento do Congresso Nacional, após a promulgação do Ato Institucional de n. 5, que também promoveu a censura prévia aos meios de comunicação e as diversões públicas como o teatro e o cinema, fez circular no país várias opiniões. Algumas delas contrárias, outras favoráveis às medidas do Ato. Em muitas delas, o fechamento do Congresso foi motivo de piadas que traziam em seu bojo um tom de crítica, como a publicada no *O Liberal* e transcrita a seguir:

Na Itália muitas pessoas se enriquecem da noite para o dia, através do “toto-bell”, a famosa loteria esportiva. No Brasil, até 1960 tivemos o “toto-ben”, que pouco tempo depois sumiu de circulação, já que o governo considerava irregular. Mesmo assim, os fanáticos em dar palpites apareceram com o “bolo esportivo”, conhecido em todas as camadas sociais e o fanatismo em fazer mesmo bolo é tão grande, mas tão grande mesmo, que o brasileiro dá seu palpite para tudo. É para saber quantos acidentes haverá durante o dia quando pessoas morrem, se será homem ou mulher atravessar primeiro uma rua, e outras bobagens, que se tornaram tradicionais pois são feitas por nós brasileiros. Mas tudo tem seu limite. O “bolo de palpite” que se faz em Brasília, já é demais. Pode dar até “IPM” ou “Cgis”, mas vou dar o serviço. Os funcionários do Congresso – os que mais sofrem com o “recesso”, já que não há tutu dos extraordinários – lançaram um bolo de palpites: quando o Congresso será reaberto? [...] é mais fácil acertar na loteria do que neste bolo. (O LIBERAL, n. 61, 1969).

O comentário de Juanito Bernardo reflete bem a situação dos funcionários do Congresso quase um ano após seu fechamento. Eles esperavam por sua reabertura

fazendo apostas sobre o dia em que ela seria reaberta e, de forma irônica, o jornalista, que também era funcionário da casa, achava que tão cedo ela não voltaria a funcionar. A crítica ao AI-5 costumava ser velada e apenas em alguns momentos existia de fato. Por outro lado, o período também possuía colaboradores que defendiam a censura e o regime autoritário.

Os discursos sobre a prática jornalística e a imprensa em geral foram os alvos prediletos dos colaboradores d'*O Liberal* durante o período estudado. O momento para a imprensa, principalmente aquela feita de forma amadora como no caso do referido jornal, era bastante delicado devido ao AI-5, a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional que a legislava. Mesmo assim, os jornalistas teciam seus comentários pedindo por uma liberdade de imprensa, criticando a forma como ela e os seus profissionais eram tratados.

Assim como a própria vida está dividida – e muito bem – em boa e má, o jornalismo autêntico também é cortado ao meio: elogia e crítica. Quando ele não é venal, o jornalista de verdade – sim, porque infelizmente existe o jornalista de mentira – aponta, em suas colunas os erros de uma cidade, de um Estado, de um país ou... de uma agremiação. O tema que ele tem a abordar, para o dia seguinte ser publicado no jornal em que trabalha como profissional ou amador tem que ser livre, como livres devem ser o seu pensamento, as suas palavras, as suas obras. Mesmo que seu comentário vá de encontro às mazelas dessa ou daquela pessoa, desse ou daquele departamento público ou particular, deve o jornalista de verdade continuar independente altruísta, sobranceiro, honesto, bravo, honrado, sem vender sua pena a quem quer que seja e deve juntar à essa sua independência, o seu destemor, ponto de partida, porque acredito piamente que, ou se é um homem de imprensa intemorato, ou é preferível rasgar a sua carteira de jornalista e ir vender banana no Mercado. [...] O público, via de regra divorciado da principal função do jornalismo propriamente dito, muitas vezes não compreende nossa finalidade e só espera dos comentaristas – comentaristas de assuntos sociais e de temas esportivos também – elogios! [...] nessas ocasiões o povo se esquece depressa de que aquele mesmo redator que criticando hoje está é o mesmo que antes elogiava outra coisa, outra pessoa, outro setor da cidade. (O LIBERAL, n. 67, 1969).

No texto de Souza Lélis, percebemos qual, na sua visão, deveria ser a postura ideal de um jornalista, defendida por muitos naquela época: deveria agir diante dos problemas da cidade, denunciando-os em sua escrita ou fala, não deixando de forma alguma que as suas palavras ficassem presas por convenções ou intromissões externas,

principalmente do meio político. Assim, um bom jornalista deveria continuamente estar bem informado sobre as mazelas da cidade, o que ela necessita, sobre o que ocorre nela, na sociedade política e fora dela também e sempre, sempre escrever o que realmente pensa, mesmo que isso o caracterize como um homem dúbio, pois se hoje ele critica algo, amanhã ele pode estar elogiando.

Com este pensamento, muitos profissionais assumiram a missão de informar ao público o que era de seus interesses, em um período que isso não era visto com bons olhos pelo governo, fazendo com que algumas empresas jornalísticas não as vissem também. Um exemplo é o caso da demissão do jornalista Carlos Augusto, da Rádio Pioneira, que foi bastante debatido não só n'*O Liberal*, mas na imprensa teresinense como um todo.

Continua repercutindo (aliás desfavoravelmente) para a imprensa do Piauí a demissão sumária do jornalista Carlos Augusto (ainda não formalizada), da Rádio Pioneira de Teresina. O acontecimento sem uma explicação que o justifique vem servindo de comentários ao mesmo tempo que suscita grave interrogação, junto aos meios radiofônicos e jornalísticos da terra. O jornalista foi simplesmente afastado do seu programa – o de maior audiência do Estado – e dos microfones da Rádio, nos diversos horários que trabalhava. E voz corrente que no Piauí a pressão começou a incidir sobre as empresas jornalísticas tentando o afastamento dos profissionais mais independentes da terra. A queda de Carlos Augusto não deixa de ser uma vergonha para a nossa condição de povo livre. A falta de ação e liberdade de expressão da imprensa será o pior atestado de atraso desta terra. E o pior é que o fato ocorre com a proteção criminososa dos que também deveriam ter consciência da função que exerce no meio da sociedade. (O LIBERAL, n. 421, 1973).

33

O jornalista Carlos Augusto era considerado um dos mais ativos e competentes defensores da liberdade de expressão no Estado. Por isso, a sua demissão da Rádio Pioneira foi tão comentada na imprensa teresinense no período. Alguns acreditavam que sua demissão fora motivada por intrigas políticas devido ao acesso na Assembleia Legislativa do Piauí, já que o jornalista era vereador e desejava alcançar o cargo de deputado estadual nas eleições de 1974. (O LIBERAL, n. 420, 1973).

Outras intrigas envolvendo o nome de jornalistas piauienses que fizeram circular comentários dentro do jornal *O Liberal* dizem respeito ao enquadramento desses profissionais na Lei de Segurança Nacional, em 1971, dentre eles estava o próprio radialista Carlos Augusto, isso antes de ser demitido da Pioneira.

Teve a mais notável repercussão na capital alencarina o propalado enquadramento na Lei de Segurança, dos jornalistas Deoclécio Dantas, Volmar Miranda, Wilson Gonçalves, Carlos Augusto, Paulo Henrique e outros. Fato que teve base na divulgação da denúncia apresentada pelo deputado Ezequias Costa chegou a provocar a mais acentuada repulsa no seio da coletividade, que tomou por verídicas as informações da imprensa e que espera ver a situação definida por quem de direito, com a total apuração da fraude eleitoral, evidente na “operação mapismo” que se teria verificado em alguns municípios do Piauí, por políticos inescrupulosos. Segundo os entendidos, estão em fase de cruel expectativa os forjadores de votos que num soberbo atentado à vontade popular elegeu vários candidatos que pelo eleitorado piauiense jamais foram escolhidos. (O LIBERAL, n. 225, 1971).

O motivo que levou os jornalistas a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional consistiu na denúncia feita por eles devido a irregularidades nas eleições estaduais de 1970 em algumas cidades do Piauí. O poder público não conferiu se as acusações eram verdadeiras ou falsas antes de enquadrar os repórteres na referida lei. Da mesma forma, a Polícia Militar se utilizou do número de 20 policiais na tentativa de prender o jornalista, ex-colaborador e diretor do jornal *A Hora*, o senhor Homero Castelo Branco, quando este argumentava com um guarda de trânsito os motivos de ter recebido uma multa no centro da capital. (O LIBERAL, n. 484, 1973).

Além dos excessos policiais, a falta de uma liberdade de expressão propriamente dita, as transformações que a cidade sofria por conta do projeto modernizador, a economia da teresinense também era tema de várias críticas desferidas pelos colaboradores d’*O Liberal*.

Ao analisarmos os inúmeros editoriais e textos, assinados ou não, em *O Liberal*, fomos percebendo que a forma de pensar não só de sua proprietária, mas também de todos os jornalistas profissionais ou não que passaram por sua redação, no período aqui estudado, era centrada no povo piauiense, especificamente, no teresinense. Desta forma, entendemos que o conceito de Estado liberal presente no referido periódico é aquele em que o Estado é considerado um mal necessário, que deve interferir o menos possível na esfera de ação dos indivíduos. (BOBBIO, 2006: 41-44).

Considerações finais

O Brasil e o Estado do Piauí foram os planos de fundo, juntamente com Teresina, da maioria dos textos presentes no periódico. A sociedade teresinense era a personagem principal dos enredos dos colaboradores. A escrita deles era recheada de suas vivências pela capital. Para aqueles que não moravam mais nela, seus textos pertenciam sempre à “cidade verde” amada que, mesmo possuindo diversos problemas estruturais, estava caminhando rumo ao progresso, através das modificações pelas quais passou durante a primeira metade da década de 1970, transformações essas que visavam modernizá-la.

Juntamente com essa escrita sobre a cidade, havia o exame daquele momento político vivenciado não só pelos jornalistas, mas por toda a sociedade brasileira. *O Liberal* teve ao longo dos anos diversos colaboradores, que possuíam ideais políticos dos mais diversificados, o que afetou no perfil de sua escrita.

Por ter sido um jornal considerado de pequeno porte, a empresa, ou seja, o corpo redacional e a proprietária não se responsabilizavam pelos textos que eram publicados, especialmente, os escritos assinados. Assim, textos com ideias divergentes eram comuns em um exemplar do periódico. Alguns jornalistas apoiavam, outros criticavam, seja a economia, a sociedade ou a política, sempre existiam dois lados na mesma moeda. Elogios e críticas ao governo eram tecidos ao mesmo tempo.

A empresa solicitava que seus jornalistas escrevessem de forma ponderada as suas críticas. Isso acontecia de tal modo que, em um único texto, podiam-se encontrar louvores à Revolução de 31 de março e ao governo de Alberto Silva no Piauí, como também reprovações à situação da política econômica nacional e as inúmeras reformas e construções na capital. Com isso, percebe-se um caráter ambíguo d’*O Liberal*, pois nele sempre havia a exaltação e a condenação, seja de um político, de uma medida governamental ou até mesmo de uma peça teatral.

O mais importante dentro d’*O Liberal* era o pensamento comum tanto dos colaboradores quanto de D’Anunciação Carvalho, sobre como não só a imprensa como também a política deveria ser livre. A proposta de busca por uma verdadeira democracia no Brasil e pela liberdade de expressão do pensamento e da imprensa era visto a cada novo exemplar do pequeno jornal, que possuía como ideal o liberalismo, redigido na redação da Rua São Pedro, no centro desta capital.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

O LIBERAL. Teresina, 1969-1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Noberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades – um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

DARTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano v. 3).

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MONTE, Regianny Lima. *A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970*(Dissertação de mestrado). Teresina: Centro de Ciências Humanas e Letra/UFPI, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 28.1. Disponível em: <<<http://www.ufpe.br/revistaclio>>>. Acesso em. 12 dez. 2010.

OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo: considerações sobre o discurso anticomunista no período de 1959-1969 uma análise a partir do jornal “O DIA”*. Teresina: FCMC, 2007.

SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.